



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Judiciária
Especialidade Escrivão Judicial

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'J10', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

Abstrações

“Deus não joga dados com o Universo”, disse Einstein, para nos assegurar que existe um plano por trás de, literalmente, tudo, e que o comportamento da matéria é lógico e previsível. A física quântica depois revelou que a matéria é mais maluca do que Einstein pensava e que o acaso rege o Universo mais do que gostaríamos de imaginar. Mas fiquemos com a palavra do velho. Deus não é um jogador, o Universo não está aí para Ele jogar contra a sorte e contra Ele mesmo. Já os semideuses que controlam o capital especulativo do planeta Terra jogam com economias inteiras e podem destruir países com um lance de dados, ou uma ordem de seus computadores, em segundos.

Às vezes eles têm uma cara, e até opiniões, mas quase sempre são operadores anônimos, todos com 28 anos, e um poder sobre as nossas vidas que o Deus de Einstein invejaria. Deus, afinal, é sempre o ponto supremo de uma cosmogonia organizada, não importa qual seja a religião. Todas as igrejas têm metafísicas antigas e hierarquizadas. Todos os deuses podem tudo, mas dentro das expectativas e das tradições de seus respectivos credos. Até a onipotência tem limites.

A metafísica dos operadores das bolsas de valores, dos deuses de 28 anos, é inédita. Não tem passado nem convenções. É a destilação final de uma abstração, a do capital desassociado de qualquer coisa palpável, até do próprio dinheiro. Como o dinheiro já era a representação da representação de um valor aleatório, o capital transformado em impulso eletrônico é uma abstração nos limites do nada – e é ela que rege as nossas economias e, portanto, as nossas vidas. E quem pensava ter liberado o mundo de um ideal inútil, o de sociedades regidas por abstrações como igualdade e solidariedade, se vê prisioneiro do invisível, de um sopro que ninguém controla, da maior abstração de todas.

(Adaptado de Luis Fernando Veríssimo, **O mundo é bárbaro**)

1. A frase de Einstein, citada pelo autor na abertura do texto, **contrapõe-se** à ideia de que
- (A) as religiões materializam metafísicas antigas e bem organizadas.
 - (B) os princípios de igualdade e solidariedade estão fora do mundo material.
 - (C) a matéria é regida por princípios lógicos e inteiramente previsíveis.
 - (D) o comportamento da matéria é regido por forças ocultas e aleatórias.
 - (E) a dinâmica da matéria sempre supõe uma relação de causa e efeito.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. O sentido da frase de Einstein é exemplificado no texto pelo comportamento típico dos operadores das bolsas de valores.
 - II. Da manipulação de capital nas bolsas, caracterizada pela abstração, advêm profundos efeitos sobre todos nós.
 - III. Ao contrário da metafísica das religiões, a conduta dos operadores das bolsas não tem por base uma cosmogonia antiga e organizada.

Em relação ao texto está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *a matéria é mais maluca do que Einstein pensava* (1º parágrafo) = nem Einstein sabia que a matéria também não joga dados.
 - (B) *destilação final de uma abstração* (3º parágrafo) = reversão última da imaterialidade.
 - (C) *uma cosmogonia organizada* (2º parágrafo) = uma ordem arbitrária do cosmos.
 - (D) *fiquemos com a palavra do velho* (1º parágrafo) = acolhamos a assertiva de Einstein.
 - (E) *se vê prisioneiro do invisível* (3º parágrafo) = torna-se refém de sua própria abstração.

4. O segmento que, no contexto, **NÃO** revela a perspectiva irônica característica do autor é:
- (A) (...) *Já os semideuses que controlam o capital especulativo do planeta Terra* (...) (1º parágrafo)
 - (B) *Às vezes eles têm uma cara, e até opiniões* (...) (2º parágrafo)
 - (C) *Todas as igrejas têm metafísicas antigas e hierarquizadas.* (2º parágrafo)
 - (D) (...) *um poder* (...) *que o Deus de Einstein invejaria.* (2º parágrafo)
 - (E) (...) *são operadores anônimos, todos com 28 anos* (...) (2º parágrafo)



5. A afirmação de que *o capital transformado em impulso eletrônico é uma abstração nos limites do nada* (3º parágrafo) encontra justificativa no fato de que
- (A) as operações financeiras especulativas não dispõem de lastro reconhecível.
- (B) os jovens operadores das bolsas são pragmáticos e desdenham o acaso.
- (C) os agentes econômicos superestimam os lucros do setor produtivo.
- (D) os modernos operadores seguem à risca a referida frase de Einstein.
- (E) as abstrações econômicas baseiam-se nos mesmos princípios das religiões.
6. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente observadas na frase:
- (A) Jogar dados com o Universo, segundo Einstein, não estariam nos hábitos e procedimentos de Deus.
- (B) Parece não caber aos jovens operadores das bolsas outra coisa senão fazer apostas em riquezas puramente virtuais.
- (C) A metafísica dos jovens operadores, diferentemente das antigas religiões, não contam com hierarquias e valores tradicionais.
- (D) O que movem os jovens semideuses das bolsas de valores são as apostas em arriscadas especulações financeiras.
- (E) Aos que apostam tudo no mercado financeiro caberiam refletir sobre os efeitos sociais de suas operações.
7. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:
- (A) Os adeptos da física quântica, em oposição a Einstein, acreditam de que o acaso é divino, ao imaginar o Universo qual um jogo de dados.
- (B) O autor do texto opta em considerar Einstein correto no que afirma, para demonstrar a arrogância com que jogam os jovens semideuses das bolsas.
- (C) Ao contrário das religiões antigas, em que mesmo a onipotência divina apresentava limites, a metafísica das bolsas implica o plano do absoluto.
- (D) O dinheiro é só uma representação de um valor fictício, haja visto quando comandado por impulsos eletrônicos que se tornam abstratos.
- (E) É muita ironia quando o autor considera que são abstrações a igualdade e a solidariedade, embora ressalve que nem tanto quanto o capital invisível.
8. Considerando-se o contexto, o elemento sublinhado está empregado com o sentido dos elementos destacados entre parênteses em:
- (A) *existe um plano por trás de, literalmente, tudo (praticamente, relativamente)*
- (B) *Já os semideuses que controlam o capital especulativo (agora mesmo, por ora)*
- (C) *Deus, afinal, é sempre o ponto supremo de uma cosmogonia organizada (por conseguinte, destarte)*
- (D) *capital desassociado de qualquer coisa palpável (adveniente, desmembrado)*
- (E) *até do próprio dinheiro (inclusive, mesmo)*
9. Está inteiramente adequada a pontuação da frase:
- (A) Não sendo um jogador, não fazendo do acaso uma lei, Deus, para Einstein, é o grande planejador do Universo.
- (B) Deus, para Einstein, não é um jogador mas uma inteligência, que tudo planeja, e tem controle, sobre toda a matéria do Universo.
- (C) Engana-se, quem pensar que as operações abstratas das bolsas de valores, estão longe de exercer influência, sobre o cotidiano de todos nós.
- (D) Igualdade e solidariedade, afirma ironicamente o autor: são abstrações do nosso tempo, espectros remotos, de ideais inúteis.
- (E) De fato, poucas pessoas sabem, como se atribui valor real ao dinheiro que não passa de uma representação simbólica e aleatória de riquezas.
10. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) Os operadores controlam um capital especulativo, em cujos rendimentos representam uma incógnita.
- (B) São impulsos eletrônicos, sobre os quais há pouco ou nenhum controle, que comandam as operações das bolsas.
- (C) Os operadores das bolsas preferem apostar do que investir dinheiro em empreendimentos mais produtivos.
- (D) A idade dos operadores das bolsas sugere o ímpeto de que as operações de investimento são executadas.
- (E) Os adeptos da física quântica julgam que o acaso é também um princípio, do qual o comportamento da matéria não é alheio.



11. De acordo com a Lei nº 3.716/1979, compete ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí
- (A) determinar a restauração dos feitos perdidos na Diretoria Geral da Secretaria do Tribunal.
 - (B) expedir ordens que não dependam de acórdãos ou não sejam de privativa competência dos Relatores.
 - (C) assinar os acórdãos com o Relator e os Juízes que requeiram declaração de voto, com exceção dos acórdãos do Tribunal Pleno e do Conselho da Magistratura.
 - (D) conhecer e julgar as suspeições opostas ao Diretor Geral, Diretores e demais funcionários da Diretoria Geral da Secretaria do Tribunal.
 - (E) conceder prorrogação de prazo para que magistrados e demais servidores da Justiça tomem posse e entrem no exercício dos cargos.
12. Considere as seguintes assertivas a respeito das incompatibilidades e suspeições:
- I. Não podem ter assento, simultaneamente, no Tribunal de Justiça, Desembargadores parentes ou afins em linha reta, ou na colateral, até o quarto grau, inclusive.
 - II. Pode o Juiz dar-se por suspeito, se afirmar a existência por motivo de ordem íntima, sem necessidade de expor o motivo, quando se tratar de questão civil.
 - III. A incompatibilidade se resolve antes da posse, contra o que deu causa à incompatibilidade, se for imputável a ambas, contra o de investidura mais recente.
 - IV. Na mesma Comarca não podem servir ao mesmo tempo como Juiz e substituto marido e mulher.
- De acordo com a Lei nº 3.716/1979, está correto o que consta APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) I, II e III.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, II e IV.
 - (E) II e IV.
13. De acordo com a Lei nº 3.716/1979, a divisão judiciária do Estado do Piauí compreende quarenta
- (A) e duas Comarcas de entrância intermediária.
 - (B) Comarcas de entrância inicial.
 - (C) e cinco Comarcas de entrância intermediária.
 - (D) e duas Comarcas de entrância inicial.
 - (E) e cinco Comarcas de entrância inicial.
14. Com relação ao desenvolvimento na carreira dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, de acordo com a Lei Complementar nº 115/2008, é correto afirmar:
- (A) A promoção por merecimento ocorre mediante avaliação de desempenho do servidor, feita por comissão composta majoritariamente por servidores efetivos ou aqueles com estágio probatório do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.
 - (B) O desenvolvimento dos servidores efetivos na carreira se processa por progressão funcional ou por promoção, condicionada à existência de vagas, obedecidos, cumulativamente, os critérios de antiguidade e merecimento.
 - (C) A promoção funcional é a movimentação do servidor de uma referência para a seguinte dentro do mesmo nível, de acordo com o resultado de avaliação de desempenho.
 - (D) A progressão é a elevação do servidor da última referência de um nível para a primeira referência do nível seguinte, observado o interstício mínimo de um ano em relação à promoção funcional imediatamente anterior.
 - (E) Nas carreiras em que for exigida escolaridade de nível superior, a promoção para o último nível da carreira fica ainda condicionada à conclusão de pós-graduação *lato sensu* na respectiva área fim.
15. De acordo com a Lei Complementar nº 115/2008, a Comissão de Avaliação de Desempenho do Servidor (CADES) possui mandato de
- (A) cinco anos e deve ser composta por sete membros, entre representantes da Administração e representantes dos servidores públicos.
 - (B) três anos e deve ser composta por quatro membros, entre representantes da Administração e representantes dos servidores públicos.
 - (C) dois anos e deve ser composta por quatro membros, entre representantes da Administração e representantes dos servidores públicos.
 - (D) três anos e deve ser composta por sete membros, entre representantes da Administração e representantes dos servidores públicos.
 - (E) dois anos e deve ser composta por seis membros, entre representantes da Administração e representantes dos servidores públicos.



<p>16. Considere as seguintes assertivas a respeito dos Cargos em Comissão, na Organização Judiciária do Estado do Piauí:</p> <p>I. Em regra, pelo menos 25% dos cargos em comissão serão preenchidos por servidores efetivos do Poder Judiciário.</p> <p>II. Aos Magistrados, em qualquer grau de jurisdição, competem as indicações para os cargos em comissão de seus gabinetes.</p> <p>III. Os cargos de provimento em comissão de Secretário serão ocupados privativamente por portador de nível de escolaridade de ensino médio completo, devendo o seu substituto legal ou eventual possuir igual formação.</p> <p>IV. Do valor da gratificação pelo exercício de cargo em comissão, 10% corresponde ao vencimento e 90% à representação.</p> <p>De acordo com a Lei Complementar nº 115/2008, está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I, II e IV.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>18. Marta, servidora pública do Tribunal de Justiça do Piauí aposentada por invalidez, retornou ao serviço, uma vez que uma junta médica oficial declarou insubsistente os motivos de sua aposentadoria. Tânia, também servidora pública do Tribunal de Justiça do Piauí, foi reinvestida no cargo anteriormente ocupado, uma vez que ocorreu a invalidação de sua demissão por decisão judicial. Nestes casos, de acordo com a Lei Complementar nº 13/1994, ocorreram, respectivamente, a</p> <p>(A) reversão e a reintegração.</p> <p>(B) reintegração e a reversão.</p> <p>(C) reversão e a recondução.</p> <p>(D) reintegração e a recondução.</p> <p>(E) recondução e a reversão.</p>
<p>17. Mario e Ana são analistas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. Mário negligenciou a guarda de bem pertencente à repartição judicial que estava sob sua responsabilidade, possibilitando, assim, que ele se extraísse. Ana, sem previsão legal, utilizou objeto depositado no interesse da Justiça. Nestes casos, de acordo com a Lei Complementar nº 115/2008,</p> <p>(A) serão aplicadas as penas de demissão e suspensão, respectivamente.</p> <p>(B) serão aplicadas as penas de suspensão e demissão, respectivamente.</p> <p>(C) será aplicada a pena de demissão nas duas hipóteses.</p> <p>(D) será aplicada a pena de suspensão nas duas hipóteses.</p> <p>(E) serão aplicadas as penas de advertência e suspensão, respectivamente.</p>	<p>19. Mario afastou-se do cargo de analista judiciário do Tribunal de Justiça do Piauí para exercer mandato eletivo. Seu amigo, Douglas, que não é servidor público, foi nomeado para cargo de comissão que requereu a mudança de seu domicílio. Nestes casos, de acordo com a Lei Complementar nº 13/1994, Mario</p> <p>(A) e Douglas não receberão ajuda de custo.</p> <p>(B) receberá ajuda de custo, mas Douglas não.</p> <p>(C) não receberá ajuda de custo, Douglas receberá.</p> <p>(D) e Douglas receberão ajuda de custo.</p> <p>(E) não receberá ajuda de custo e Douglas receberá 50% da ajuda de custo a que um servidor teria direito.</p>
	<p>20. De acordo com a Lei Complementar nº 13/1994, entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por</p> <p>(A) noventa dias, interpoladamente, durante o período de seis meses.</p> <p>(B) noventa dias, interpoladamente, durante o período de dezoito meses.</p> <p>(C) sessenta dias, interpoladamente, durante o período de seis meses.</p> <p>(D) sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.</p> <p>(E) mais de trinta dias consecutivos.</p>



<p>Instrução: Para responder às questões de 21 a 30, considere os dados abaixo.</p> <p>I. Estimular o trabalho colaborativo, tanto na Internet quanto na Intranet, por meio de instrumentos do tipo diário profissional (ou corporativo) eletrônico, onde conteúdos mais recentes aparecem no topo da página e mais antigos no final.</p> <p>II. Utilizar, preferencialmente, um navegador livre (<i>Software Livre</i>) para acesso a páginas da Internet.</p> <p>III. Transferir toda página pessoal que seja do interesse do Tribunal (arquivos html, imagens e outros correlatos) para o servidor Intranet que abrigará o site desenvolvido, para que este fique disponível ao uso interno e comum.</p> <p>IV. Evitar a abertura de mensagens eletrônicas não solicitadas, provenientes de instituições bancárias ou empresas, que possam induzir o acesso a páginas fraudulentas na Internet, com vistas a roubar senhas e outras informações pessoais valiosas registradas no computador.</p> <p>V. Ao enviar informações sigilosas via mensagem eletrônica deve-se utilizar de um sistema que faça a codificação (chave, cifra), de modo que somente as máquinas que conhecem o código consigam decifrá-lo.</p> <p>VI. Utilizar a impressora multifuncional para converter em arquivo formato jpeg os documentos em papel.</p> <p>VII. Proceder, diariamente, à cópia de segurança dos dados em fitas digitais regraváveis (algumas comportam até 72 Gb de capacidade) em mídias alternadas para manter a segurança e economizar material.</p> <p>VIII. Ao instalar quaisquer dispositivos que necessitem de comunicação entre o sistema operacional e o <i>hardware</i> (espécie de tradutor/intérprete), providenciar as ações necessárias.</p> <p>IX. Alterar a pasta onde o editor de textos MS-Word grava seus modelos (extensões .DOT), sendo que a partir dessa alteração os modelos serão gravados nessa e obtidos dessa nova pasta.</p> <p>X. Gravar em todo cabeçalho e rodapé das planilhas eletrônicas MS-Excel do Tribunal os padrões de logó e página estabelecidos pela Organização.</p> <p>21. No item I é estimulado o uso de um instrumento do tipo</p> <p>(A) <i>e-book</i>. (B) <i>blog</i>. (C) banco de dados. (D) <i>e-mail</i> corporativo. (E) <i>e-zine</i>.</p>	<p>23. A operação de transferência referida em III trata de</p> <p>(A) <i>backup</i>. (B) <i>download</i>. (C) <i>downsizing</i>. (D) <i>hosting</i>. (E) <i>upload</i>.</p> <p>24. A recomendação em IV é para evitar um tipo de fraude conhecida por</p> <p>(A) <i>chat</i>. (B) <i>cracker</i>. (C) <i>spam</i>. (D) <i>hacker</i>. (E) <i>phishing scam</i>.</p> <p>25. O cuidado solicitado em V aplica o conceito de</p> <p>(A) criptografia. (B) assinatura digital. (C) digitalização. (D) desfragmentação. (E) modulação/demodulação.</p> <p>26. No item VI utiliza-se a funcionalidade associada</p> <p>(A) à impressão multicolorida, apenas. (B) tanto à cópia xerográfica quanto ao fax. (C) ao fax, apenas. (D) ao <i>scanner</i>, apenas. (E) tanto ao <i>scanner</i> quanto à cópia xerográfica.</p> <p>27. No item VII é recomendado o uso de mídias conhecidas por</p> <p>(A) FAT32. (B) FAT. (C) NTSF. (D) DAT. (E) DVD+RW.</p> <p>28. A ação mencionada em VIII refere-se à instalação conjunta de programas que acompanham os <i>dispositivos</i> conhecidos por</p> <p>(A) <i>drives</i>. (B) <i>firewalls</i>. (C) <i>drivers</i>. (D) <i>adwares</i>. (E) <i>speakers</i>.</p> <p>29. A alteração solicitada em IX é feita</p> <p>(A) na guia Arquivos, após acessar o item Opções do menu Ferramentas. (B) no menu Arquivo, opções Configurar página. (C) na guia Arquivos, acessando o item Formatar do menu Editar. (D) no menu Formatar, após acessar a guia Arquivos. (E) no menu Inserir, após acessar a guia Arquivo, na opção Configurar.</p>
<p>22. Para atender à recomendação disposta em II é correto o uso do</p> <p>(A) Weblog. (B) Mozilla Firefox. (C) Skype. (D) Internet Explorer. (E) Flash.</p>	<p>30. A inserção de dados referida em X é possibilitada, em primeira instância, mediante o acesso ao menu</p> <p>(A) Formatar. (B) Ferramentas. (C) Exibir. (D) Editar. (E) Inserir.</p>



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Administrativo

31. No âmbito do controle administrativo, é correto afirmar:
- (A) O exaurimento do prazo para apresentação de recurso administrativo pelo interessado faz coisa julgada administrativa e judicial.
- (B) Suspenso o ato administrativo por meio de recurso ou ainda que exaurido o prazo para o recurso, torna-se impossível, em qualquer caso, ao interessado, a utilização das vias judiciárias.
- (C) Recurso hierárquico é o pedido de reexame do ato dirigido à mesma autoridade que o realizou, caracterizado pela produção imediata dos efeitos devolutivo e suspensivo.
- (D) Revisão é o recurso de que se utiliza a autoridade competente, sempre de ofício, para o reexame de matéria já julgada e da qual o servidor público não mais pode recorrer.
- (E) O efeito suspensivo do recurso administrativo só existe quando a lei o preveja expressamente, pois no silêncio somente terá o efeito devolutivo.
-
32. A modalidade de licitação que é realizada entre interessados previamente cadastrados, ou que preencham os requisitos para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, é
- (A) o convite.
- (B) o pregão.
- (C) a tomada de preço.
- (D) a concorrência.
- (E) o concurso.
-
33. Quanto aos Atos Administrativos, é INCORRETO afirmar:
- (A) Dentre os seus atributos, destaca-se o da auto-executoriedade pelo qual pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
- (B) Permissão é o ato administrativo bilateral, vinculado e oneroso, pelo qual é facultado ao particular a contratação de bem ou serviço público.
- (C) Complexo é o ato administrativo que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um único ato.
- (D) Alvará é o instrumento pelo qual a Administração Pública confere licença ou autorização para a prática de ato ou exercício de atividade sujeitos ao poder de polícia do Estado.
- (E) Sendo o motivo pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato administrativo, a sua ausência ou a indicação de motivo falso invalidam o ato.

34. Com relação à administração pública indireta e suas entidades, considere:

- I. A descentralização administrativa ocorre quando as atribuições que os entes descentralizados exercem só têm o valor jurídico que lhes empresta o ente central.
- II. A fundação é pessoa jurídica de direito privado com capital inteiramente público e organização sob qualquer das formas admitidas em direito.
- III. As autarquias, dentre outras características, são instituídas por seus fundadores, possuem personalidade jurídica própria e não se sujeitam a controle ou tutela, salvo se previsto em seus estatutos.
- IV. A posição da fundação governamental privada perante o poder público é a mesma das sociedades de economia mista e empresas públicas.
- V. O desempenho de atividade de natureza econômica e a personalidade jurídica de direito privado são, além de outros, traços comuns entre empresa pública e sociedade de economia mista.

É correto o que consta APENAS em

- (A) II e V.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, III e V.
- (D) II e III.
- (E) I, IV e V.

35. Quanto à concessão e à permissão de serviço público, é correto afirmar:

- (A) O objeto da permissão é a transferência da titularidade e a execução de serviço público ao particular, a título oneroso, mas por conta e risco do poder concedente e do permissionário.
- (B) Encampação é o nome que se dá à rescisão bilateral da concessão, quando se justificar de interesse público, fazendo o concessionário jus ao ressarcimento de eventuais prejuízos.
- (C) A concessão decorre de ato unilateral discricionário e a permissão de acordo de vontades vinculado, dispensada, nesta última hipótese, a licitação.
- (D) Em qualquer caso de extinção da concessão, é cabível a incorporação ao poder concedente dos bens do concessionário necessários ao serviço público, mediante indenização.
- (E) É vedada por lei a concessão de serviço público quando se tratar de serviço próprio do Estado ou que vise a prestação de atividade de essencial interesse público.

**Direito Constitucional**

36. No tocante à nacionalidade, é correto afirmar:
- (A) São brasileiros natos os que, na forma da lei, adquiriram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
 - (B) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade no caso de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.
 - (C) São privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente da Câmara dos Deputados, de Presidente do Senado Federal, de Ministro do Supremo Tribunal Federal, da carreira diplomática e de oficial das Forças Armadas.
 - (D) São brasileiros natos os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
 - (E) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade no caso de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.
37. Com relação à Administração Pública, é INCORRETO afirmar:
- (A) A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.
 - (B) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
 - (C) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
 - (D) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
 - (E) É permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
38. Com relação ao Ministério Público, NÃO é sua a função institucional a de
- (A) prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei.
 - (B) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
 - (C) expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva.
 - (D) requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.
 - (E) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.

39. Quanto aos Servidores Públicos, considere as seguintes assertivas:

- I. É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.
- II. O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.
- III. A lei poderá estabelecer, em qualquer caso, critérios diferenciados de contagem de tempo de contribuição fictício.
- IV. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) III e IV.

40. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente:

- (A) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- (B) nos crimes comuns, o Governador do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores do Distrito Federal e os membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
- (C) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- (D) os *habeas corpus*, quando o coator for Ministro de Estado ou Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
- (E) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.

Direito Penal

41. Quanto ao elemento moral, os crimes podem ser
- (A) comissivos, omissivos e comissivos por omissão.
 - (B) dolosos, culposos e qualificados pelo resultado.
 - (C) individuais, coletivos, gerais e especiais.
 - (D) comuns, políticos e mistos.
 - (E) simples, complexos, formais e materiais.



<p>42. São elementos do estado de necessidade:</p> <p>(A) perigo atual; defesa de direito próprio ou de outrem; reação moderada.</p> <p>(B) que ocorra um perigo; que o agente use dos meios moderados e necessários.</p> <p>(C) perigo iminente; que o agente defenda um direito legítimo e seu; que use moderadamente dos meios necessários.</p> <p>(D) perigo atual ou iminente; que o agente não o tenha provocado; que não poderia ser evitado.</p> <p>(E) reação a injusta agressão; atual ou iminente; uso dos meios necessários moderadamente.</p>	<p>47. A decadência, no processo penal, como perda do direito de propor a ação penal, cabe</p> <p>(A) tanto na ação privada exclusiva como na ação privada subsidiária e na pública condicionada.</p> <p>(B) somente na ação penal exclusivamente privada.</p> <p>(C) somente na ação penal pública condicionada.</p> <p>(D) na ação exclusivamente privada e na pública condicionada.</p> <p>(E) na ação penal exclusivamente privada e na ação penal privada subsidiária.</p>
<p>43. Ocorre o crime de denúncia caluniosa quando o sujeito ativo</p> <p>(A) der causa a investigação civil contra alguém.</p> <p>(B) solicita à polícia que apure determinado delito.</p> <p>(C) provoca a instauração de procedimento contravençional.</p> <p>(D) comunica à polícia que foi vítima de crime.</p> <p>(E) acusa-se, perante autoridade, de crime inexistente.</p>	<p>48. A conexão, que tem por finalidade a adequação unitária e a reconstrução crítica das provas, segundo a doutrina, distingue-se em</p> <p>(A) simples e complexa.</p> <p>(B) substantiva e adjetiva.</p> <p>(C) individual e coletiva.</p> <p>(D) material e processual.</p> <p>(E) absoluta e relativa.</p>
<p>44. A desconsideração da pessoa jurídica prevista no art. 4º da Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais) diz respeito</p> <p>(A) às áreas administrativa e penal.</p> <p>(B) à área penal.</p> <p>(C) à área administrativa.</p> <p>(D) às áreas civil e penal.</p> <p>(E) à área civil.</p>	<p>49. A competência por continência será determinada quando</p> <p>(A) duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.</p> <p>(B) duas ou mais infrações forem praticadas ao mesmo tempo e local.</p> <p>(C) uma infração for praticada para facilitar ou ocultar as outras.</p> <p>(D) a prova de uma infração influir na prova de outra infração.</p> <p>(E) ocorrer concurso de jurisdição da mesma categoria.</p>
<p>45. O funcionário que solicita vantagem para si, a pretexto de influir em ato praticado por outro funcionário, comete o crime de</p> <p>(A) improbidade administrativa.</p> <p>(B) corrupção ativa.</p> <p>(C) tráfico de influência.</p> <p>(D) advocacia administrativa.</p> <p>(E) excesso de exação.</p>	<p>50. Segundo a lei processual penal, são consideradas espécies de prisão em flagrante:</p> <p>(A) preparado, putativo e próprio.</p> <p>(B) forjado, presumido e especial.</p> <p>(C) próprio, forjado e presumido.</p> <p>(D) esperado, presumido e preparado.</p> <p>(E) próprio, impróprio e presumido.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual Penal</p> <p>46. Dentre os princípios característicos do processo penal moderno, segundo a doutrina, é correto destacar:</p> <p>(A) da obrigatoriedade, do contraditório, do estado de inocência, da fungibilidade, da legalidade.</p> <p>(B) da ampla defesa, da oficialidade, da indisponibilidade, da indiesistibilidade, da legalidade.</p> <p>(C) da verdade real, da indivisibilidade, da oportunidade, da intranscendência, da informalidade.</p> <p>(D) do estado de inocência, do contraditório, da verdade real, da oralidade, da publicidade, do juiz natural.</p> <p>(E) da economia processual, da ampla defesa, da indivisibilidade, da obrigatoriedade.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Civil</p> <p>51. A validade do negócio jurídico pressupõe capacidade do agente. Se o ato for praticado por pessoa relativamente incapaz, o vício é de</p> <p>(A) nulidade, mas só pode ser reconhecido mediante a propositura de ação pelo Ministério Público.</p> <p>(B) nulidade e deve ser reconhecido de ofício pelo juiz.</p> <p>(C) anulabilidade e não poderá ser invocado pela outra parte em benefício próprio.</p> <p>(D) anulabilidade e pode ser reconhecido de ofício pelo juiz.</p> <p>(E) anulabilidade ou de nulidade, de acordo com tipificação legal.</p>



52. A compensação, que é causa extintiva da obrigação, pres-supõe a presença de alguns requisitos. Dentre eles, é correto afirmar que as dívidas devem ser
- (A) exigíveis, mas não necessariamente certas e líquidas.
 - (B) certas e líquidas, mas não necessariamente exigíveis.
 - (C) certas, mas não necessariamente líquidas e exigíveis.
 - (D) líquidas, mas não necessariamente certas e exigíveis.
 - (E) certas, líquidas e exigíveis.

53. O contrato de comodato se caracteriza como
- (A) empréstimo de consumo, cuja restituição deve ser feita pelo equivalente, diferentemente do mútuo, que é empréstimo de uso, porque o bem deve ser restituído em sua individualidade.
 - (B) empréstimo de uso, porque o bem deve ser restituído em sua individualidade, diferentemente do mútuo, que é empréstimo de consumo, cuja restituição deve ser feita pelo equivalente.
 - (C) espécie do gênero contrato de mútuo, por configurar uma obrigação de restituir coisa fungível.
 - (D) negócio jurídico bilateral e oneroso.
 - (E) negócio jurídico oneroso.

54. É correto afirmar que
- (A) a prescrição faz extinguir a pretensão, diferentemente da decadência, que extingue o próprio direito.
 - (B) não existe razão para distinguir prescrição de decadência, pois o Código Civil não faz tal diferenciação.
 - (C) os prazos de prescrição não se suspendem e nem se interrompem.
 - (D) a decadência atinge a pretensão, ao passo que a prescrição faz extinguir o direito.
 - (E) na contagem do prazo de prescrição, diferentemente do que ocorre com o prazo de decadência, não são computados os domingos e feriados.

55. A obrigação de prestar alimentos decorre dos princípios da preservação da dignidade da pessoa humana e da solidariedade familiar. É correto afirmar, segundo a disciplina do Código Civil, que
- (A) o crédito de alimentos pode ser objeto de cessão.
 - (B) a obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor, nos limites da herança.
 - (C) o crédito de alimentos pode ser objeto de compensação.
 - (D) a obrigação de prestar alimentos é indivisível.
 - (E) o crédito de alimentos é penhorável.

Direito Processual Civil

56. O menor com dezesseis anos de idade
- (A) tem capacidade para estar em juízo, dependendo da assistência de seu representante legal para praticar os atos processuais.
 - (B) tem capacidade para estar em juízo, mas não para praticar atos processuais, e por isso deve ser representado.
 - (C) tem capacidade para estar em juízo e para praticar livremente os atos processuais.
 - (D) não tem capacidade para estar em juízo, por isso deve ser representado.
 - (E) tem capacidade para estar em juízo, dependendo da assistência de seu representante legal para praticar os atos processuais, com a participação complementar de curador especial.
57. O recurso adesivo
- (A) deve ser reiterado nas razões ou na resposta da apelação.
 - (B) deve atender aos mesmos requisitos do principal, salvo o preparo.
 - (C) é cabível apenas em apelação e embargos infringentes.
 - (D) deve atender aos mesmos requisitos do principal.
 - (E) não é cabível nas ações de estado e capacidade das pessoas.
58. A morte do único advogado da parte, logo depois de ter sido intimado da sentença, determina
- (A) a suspensão do processo, mas sem prejuízo do prazo recursal, que é contínuo e peremptório.
 - (B) a suspensão do processo e a suspensão do prazo recursal.
 - (C) a suspensão do processo e interrupção do prazo recursal.
 - (D) o seguimento regular do processo, pois não se trata de fato jurídico processual.
 - (E) a extinção do processo.
59. Toda execução deve ser amparada em título executivo. Nesse tema, é correto afirmar que a
- (A) exigibilidade é consequência da verificação do termo ou da condição.
 - (B) exigibilidade é consequência da certeza e da liquidez.
 - (C) certeza é consequência da exigibilidade e da liquidez.
 - (D) liquidez é consequência da certeza e da exigibilidade.
 - (E) liquidez é dispensável no título extrajudicial.
60. O arresto é medida cautelar que, diversamente do sequestro, visa assegurar a efetividade da
- (A) execução de obrigação de fazer.
 - (B) execução por quantia.
 - (C) execução de obrigação de entrega de coisa.
 - (D) tutela jurisdicional constitutiva.
 - (E) tutela jurisdicional mandamental.